

## CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO - ACRE

Rua 24 de Janeiro, nº 53 – Bairro Seis de Agosto CNPJ: 04.035.143/0001-90

## ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA, 6 DE MARÇO DE 2020.

Ata da 2ª audiência pública da quarta sessão. legislativa da décima quarta legislatura da Câmara Municipal de Rio Branco – estado do Acre – Discussão do Projeto de Lei n°58/2019, que altera o texto da Lei n°1.542, de 25 de julho de 2005.

Aos seis dias do mês de março do ano de dois mil e vinte, às nove horas, sob a Presidência do Vereador Rodrigo Forneck, presentes o Vereadores: João Marcos Luz, Emerson Jarude, Mamed Dankar e Elzinha Mendonça, foi declarada aberta a audiência. Estiveram ainda presentes: Cristiane Cavalcante - SEINFRA, Romeu Queiroz - PROCON, Carlos Cesar – PROCON, Jorge Damasceno – PROCON, Keily nogueira - SEMEIA, Clebison Silva - SEMEIA, Kemil Lima - SEMEIA, Thaisa Costa - SEMEIA, Dr. Marcelo Chavesadvogado Sindicato dos proprietários de postos de combustível; e os revendedores, Thyago Lameira, Alan Pinheiro e Delano Lima. Vereador Rodrigo Forneck justificou a ausência do Sr. Edson Rigaud e contextualizou a motivação para realização da presente audiência pública. Cristiane Cavalcante, fez as saudações iniciais, seguida do Sr. Delano, e do Sr. Romeu Queiroz. Marcelo Chagas, advogado Sindicato dos postos, assomou a tribuna. Tratou das alterações da Lei nº 1.542, de 25 de julho de 2005, propostas pelo projeto de lei n°58/20019. Distinguiu o conceito de posto de revenda e posto de abastecimento, à luz da legislação vigente, e discorreu sobre normas, como a que regulamenta a distância mínima entre os mesmos. Cristiane Cavalcante tratou dos parágrafos 2 e 3 do art. 27 da Lei n° 1.542; o primeiro, que dispõe sobre os parâmetros urbanísticos já existentes no Plano Diretor e Código de Obras; e o segundo, que dispõe sobre o prazo de 03 (três) anos concedido aos postos já existentes, para adequarem-se; excetuando-se as obrigações referentes à acessibilidade, que possuem prazos estabelecidos em regras federais. A oradora ainda tratou do art. 30 da referida Lei, que dispõe sobre o prazo de até 120 dias, para o revendedor juntar o registro expedido pela Agencia Nacional do Petróleo — ANP — ao protocolo de aprovação do empreendimento. Vereador Rodrigo Forneck deu exemplos de como a legislação atual engessa os empreendimentos do setor, uma vez que nos moldes atuais, alguns empreendimentos como postos de abastecimento seriam impedidos de atuarem, devido à proximidade a um posto de revenda. Vereadora Elzinha Mendonça assomou a tribuna. Esclareceu que levou o debate sobre o Projeto de Lei em discussão aos órgãos relacionados com os impactos da execução do mesmo e afirmou seu voto favorável à matéria. Vereador Mamed Dankar assomou a tribuna. Cumprimentou os presentes à audiência. Questionou a distância mínima vigente entre os postos de combustível, uma vez que segundo ele, tal regulamentação acena para uma possível reserva de mercado. Por fim, parabenizou o vereador Rodrigo Forneck pela realização da audiência pública e defendeu a política do livre negócio. Vereador Rodrigo Forneck, em atenção à





## CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO - ACRE

Rua 24 de Janeiro, nº 53 – Bairro Seis de Agosto CNPJ: 04.035.143/0001-90

indagação feita pelo vereador João Marcos Luz, esclareceu que as únicas alterações propostas ao art. 9° da Lei em discussão, referem-se simplesmente a mudanças de nomenclaturas. Vereador João Marcos Luz assomou a tribuna. Sugeriu ao vereador Mamed Dankar, a apresentação de emenda acerca de uma possível alteração da distância mínima entre os postos de combustível. O orador ainda lamentou a ausência de representantes da ACISA e parabenizou o vereador Rodrigo Forneck pela realização da presente audiência. Vereador Mamed Dankar questionou a revogação da distância ente os postos e nascentes de rios, igarapés e outras fontes de água corrente. Marcelo Chagas, advogado, esclareceu que os postos que hoje, operam numa distância menor que a estabelecida na legislação atual, foram ativados há mais de cinquenta anos, antes da criação de leis reguladoras. Sobre a possível redução da distância entre os estabelecimentos, pontuou que o tema merece ser debatido. Vereador Mamed Dankar questionou ao arador, se os proprietários de postos concordam com a distância mínima reguladora de 1.200m entre os postos de combustível; advogado Marcelo pontuou que o sindicato e os proprietários apenas seguem o que preceitua a legislação. Sr. Delano, revendedor, esclareceu que a regulamentação da distância mínima entre os postos não é questão de reserva de mercado e ainda justificou seu posicionamento com a baixa demanda do estado, citando os desafios do setor hoteleiro. Vereador Mamed Dankar afirmou não concordar com as justificativas apresentadas. Vereador João Marcos Luz defendeu a livre discussão e alteração do teor da matéria em questão. Cristiane Cavalcante, fez esclarecimentos acerca do que preceitua a legislação ambiental sobre a proximidade dos postos de combustível aos rios, lagos e igarapés. Cledson Reis, Engenheiro Florestal - SEMEIA, assomou a tribuna. Tratou dos impactos ambientais causados pelo aumento dos postos de combustíveis. Vereador Rodrigo Forneck registrou a presença do Sr. Paulinho Caruta. Marcelo Chagas, advogado, fez suas considerações finais e defendeu a aprovação das alterações propostas pelo Projeto de Lei n°58/2019. Vereador Mamed Dankar, fez suas considerações finais. Cristiane Cavalcante, fez suas considerações finais. Delano Lima, revendedor, fez suas considerações finais. Romeu Queiroz, Fiscal PROCON, fez suas considerações finais. Vereador Rodrigo Forncek reafirmou compromisso de sempre dialogar com o PROCON, toda vez que as discussões envolvam diretamente o público final consumidor; agradeceu a presença dos parlamentares presentes e finalizou, defendendo a ampliação dos debates sobre o tema discutido na audiência. Nada mais havendo a ser tratado, a sessão foi encerrada e, para constar, lavrada a presente ata que, após ser lida e achada conforme, vai assinada por ele, presidente.

EREADOR RODRIGO FORNECK

Presidente